

2 Elementos das teorias do jornalismo

Diversas correntes teóricas debruçaram-se sobre o jornalismo ao longo do século XX. Na primeira metade do século passado, Walter Lippmann foi pioneiro nos estudos sobre imprensa. Segundo Jacques A. Wainberg (2008), tradutor da recente edição brasileira da mais célebre obra de Lippmann – *Opinião pública*, publicado originalmente em 1922 –, o autor se voltou para o tema em 1920. Nesse ano, Lippmann publicou, em coautoria com Charles Merz, *A test of the news*, estudo sobre a cobertura de *The New York Times* sobre a Revolução Russa, ocorrida três anos antes.

De lá para cá, os estudos aqui definidos como “teorias⁴ do jornalismo” vieram de diversos campos do saber: da filosofia e da ciência política; da sociologia (especialmente as linhas da “sociologia do conhecimento” e “do trabalho”); da teoria da cultura de massas (principalmente a partir da Escola de Frankfurt); e dos “estudos culturais” (a partir da escola britânica), para citar suas fontes principais. Na América Latina, as teorias do jornalismo têm sido estudadas, em geral, no âmbito do grande campo das teorias da comunicação.

No Brasil, desde fins do século XX e nesta primeira década do século XXI, as teorias do jornalismo têm caminhado rumo à consolidação de um campo específico, seja como subárea da comunicação, seja reivindicando uma autonomia mais radical. Sem entrar no mérito das vantagens e desvantagens da autonomização do campo teórico, mais importante aqui é entender e estudar o jornalismo como saber, profissão e conjunto de práticas, inserido na cultura de massas, cujas conexões sociais frequentemente ultrapassam o campo da comunicação.

⁴ O uso do termo “teorias” no plural é proposital e parte do princípio da inexistência de uma linha teórica única e homogênea nesse campo. Na grande maioria dos casos, daqui para diante neste trabalho, o uso no plural se repetirá. Nos casos de exceção, o eventual uso no singular (principalmente quando for imposto por razões estilísticas) deve ser entendido como representativo de um campo teórico amplo e múltiplo.

A especificidade dos estudos sobre o jornalismo está certamente conectada aos desenvolvimentos teóricos iniciados por Lippmann. Não é possível pensar o jornalismo sem ter em mente os Estados Unidos como berço da imprensa moderna, que influenciaria o mundo todo ao longo do século XX. O mesmo vale para o estudo do jornalismo. A importância dada pelos principais pensadores da Revolução Americana à questão da liberdade de expressão ofereceu as condições tanto para o nascimento do jornalismo moderno quanto para sua constituição como objeto de estudo. Mas a consolidação da especificidade do campo teórico, vale ponderar, não significa homogeneização. Pelo contrário, as linhas teóricas que compõem as teorias do jornalismo incluem tanto análises macroscópicas quanto microscópicas; ora com foco mais voltado para a representação (resultado final da produção jornalística), ora com foco principal nas práticas (o fazer jornalístico).

Reconhecendo que essas classificações não são fixas, a análise empreendida nesta pesquisa está diretamente conectada às práticas – necessariamente expressas no resultado final da produção jornalística. Portanto, não podemos deixar de enfatizar as correntes teóricas voltadas para o fazer jornalístico. Isso não significa, contudo, excluir pontos de conexão com as análises macroscópicas; e inclui levar em conta as especificidades da formação social brasileira no comportamento contemporâneo da imprensa nacional e em sua constituição histórica.

As teorias do jornalismo, como entendidas aqui, servirão para fornecer alguns conceitos importantes para nossa análise. Elas buscam, conforme Nelson Traquina (2005a), explicar porque as notícias são como são. A obra do jornalista e professor da Universidade Nova de Lisboa servirá de guia na sistematização de algumas das principais correntes das teorias do jornalismo. Sua perspectiva sobre a cultura profissional dos jornalistas também será importante, diante da óbvia influência sobre a prática jornalística. “Não podemos compreender porque as notícias são como são sem compreender a cultura profissional da comunidade jornalística” (TRAQUINA, 2005a, p. 26).

2.1.

Processo histórico e constituição do campo teórico

Antes de prosseguirmos nessa sistematização, porém, cabe fazer uma breve contextualização histórica. As origens do jornalismo como o conhecemos hoje, comumente chamado de “moderno”, podem ser identificadas nos Estados Unidos, no século XIX. Na ex-colônia britânica, o estabelecimento da imprensa como contrapartida da emergência burguesa – trazendo o iluminismo, no plano das ideias, e o capitalismo, no plano econômico – deu-se da forma mais radical. A radicalidade está expressa na força da ideia de “liberdade de expressão” na constituição da identidade norte-americana.

Na introdução de *História da imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré (1977) destaca a diferença entre os processos históricos de constituição do campo do jornalismo nos Estados Unidos e nos países europeus onde houve revoluções burguesas. Na Europa, argumenta Sodré, ecos do feudalismo serviam como barreira para o estabelecimento radical da liberdade de imprensa. Sobretudo na Inglaterra e na França,

a liberdade de imprensa encontrava barreiras nos remanescentes feudais, adreces mantidos, por vezes, pela própria burguesia, como escudos contra o avanço, embora ainda lento, do proletariado e do campesinato (...). Foi a ausência, nos Estados Unidos, de passado feudal, que permitiu ali a solução rápida de tal problema, colocada a liberdade de imprensa – isto é, seu controle pela burguesia – como postulado essencial e pacífico (...). Assim, enquanto, na Inglaterra, a *stamp tax* só desapareceu em 1855, e, na França, a liberdade de imprensa permaneceu relativa até 1881, – nos Estados Unidos surgiu ampla, praticamente, com a independência (SODRÉ, 1977, pp. 2-3).

Do advento da imprensa, no século XVI, na Europa, ao despertar norte-americano enquanto nação independente, na primeira metade do século XIX, o jornalismo passou do paradigma opinativo ao paradigma informativo. Nesse processo de mudança paradigmática, Traquina (2005a, pp. 125-126) destaca, no século XIX, quatro movimentos fundamentais para dar as condições de passagem ao jornalismo moderno. O primeiro é o desenvolvimento e a expansão da indústria gráfica, expressos no crescimento vertiginoso, principalmente nos Estados Unidos, das tiragens de jornais e de livros (SCHUDSON, 1978; GABLER, 1999).

O segundo é o paradigma informativo em si, traduzido no advento do formato da “notícia”⁵ e no ajuste do foco da imprensa, que passa da opinião para os relatos dos acontecimentos. Ao debruçar-se sobre a história social do jornalismo norte-americano, Michael Schudson (1978, p. 4) localiza o advento da notícia nas décadas de 1830 e 1840, nos Estados Unidos.

O terceiro movimento fundamental é a emergência de um campo jornalístico com “autonomia relativa” em relação a objetivos político-partidários – aos quais o jornalismo de paradigma opinativo era notadamente conectado. Essa autonomização está também inserida na profissionalização e otimização da produção dos jornais e na conseqüente especialização profissional do jornalista, cristalizada na figura do repórter. Ambos processos de profissionalização não podem ser analisados sem termos em mente a industrialização da imprensa, o primeiro movimento destaca por Traquina.

O quarto e último movimento fundamental do século XIX é a formação, segundo Traquina, de “dois polos dominantes no campo jornalístico moderno” (TRAQUINA, 2005a, p. 125): o polo “econômico” ou “comercial”; e o polo “ideológico” ou “intelectual”. O primeiro trata das notícias como “mercadoria de um negócio cada vez mais lucrativo” (TRAQUINA, 2005a, pp. 125-126). Está referido, portanto, à inserção do jornalismo, por meio da indústria gráfico-editorial, na “indústria cultural”. Theodor Adorno e Max Horkheimer (2006), expoentes da Escola de Frankfurt, estabeleceram o conceito, na década de 1940, mirando majoritariamente no cinema norte-americano, mas Neal Gabler (1999) demonstra, em seu livro sobre a cultura do entretenimento nos Estados Unidos, como os movimentos de industrialização e popularização da imprensa estudados por Schudson ofereceram as bases para o nascimento da “indústria cultural” ou foram o principal motor nos seus primórdios.

Já o segundo polo, o “ideológico” ou “intelectual”, trata a informação como um bem público. Nele, o jornalismo é visto como um serviço público, elemento fundamental da teoria democrática e pré-requisito para o funcionamento do Estado democrático de direito. As raízes desse polo podem ser identificadas nos próprios pensadores da teoria democrática durante a Revolução Americana, em

⁵ O conceito de “notícia” será tratado neste trabalho sob a categoria de forma hegemônica do jornalismo moderno. Definiremos o termo mais adiante.

fins do século XVIII. Na contemporaneidade, ele retorna sob a forma dos chamados “jornalismo cívico”⁶ (TRAQUINA, 2001, pp. 171-184) e, de uma maneira mais genérica e difusa, na ideia da função social da imprensa.

É importante ressaltar o caráter contraditório desses dois polos, coexistentes numa tensão permanente nas imprensas da grande maioria das democracias ocidentais. A contradição é de berço. Os pensadores que forjaram a teoria democrática norte-americana no processo de independência em relação ao Império Britânico deram grande ênfase à liberdade de expressão. A Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, promulgada em fins do século XVIII, seria a base da construção do jornalismo moderno norte-americano ao longo dos séculos XIX e XX, principalmente no aspecto ético (e no conseqüente desenvolvimento de códigos deontológicos específicos da profissão), conforme nos lembra Philip Meyer (1989), em *A ética no jornalismo*.

Paradoxalmente, os Estados Unidos foram também palco da formação da “indústria cultural” e do surgimento dos grandes conglomerados de mídia. Lá surgiu o jornalismo “de sensações”⁷ (BARBOSA, 2007, pp. 212-219), que transformou a venda da notícia, como uma mercadoria, em uma lucrativa oportunidade de negócios. Essa tensão está longe de ser resolvida nesta virada do século XX para o XXI. Pelo contrário, as novas tecnologias de comunicação colocaram em xeque os modelos de negócios da mídia tradicional, que, por sua vez, não tem hesitado em deixar de lado sua função social em nome da sustentabilidade econômica.

Quando trazemos a contextualização histórica para o caso da imprensa brasileira, algumas distinções são importantes, sobretudo em relação aos quatro movimentos destacados por Traquina. A tecnologia de impressão chegou ao Brasil junto da Coroa Portuguesa, em 1808, quando o Rio de Janeiro foi elevado a sede do reino de Portugal e suas colônias. A Imprensa Régia criou o primeiro jornal impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficial lançado em 1808

⁶ O movimento do “jornalismo cívico” emergiu nos Estados Unidos, no fim dos anos 1980 (TRAQUINA, 2001, p. 171). Segundo Traquina, o movimento surgiu como reação a anos de crítica ao trabalho da grande imprensa, sobretudo em relação à sua atuação na política partidária. O movimento recebeu também outras designações, como “jornalismo comunitário”, “de serviço público” e “público”. “A centralidade do termo ‘cidadão’ nesta proposta leva-nos a preferir a designação ‘jornalismo cívico’” (TRAQUINA, 2001, p. 171).

⁷ Seguindo Marialva Barbosa (2007), em *História cultural da imprensa*, adotaremos aqui “jornalismo de sensações”, no lugar de “sensacionalista”. O conceito será definido mais adiante.

(BARBOSA, 2007, p. 16). Tradicionalmente, o *Correio Braziliense*⁸, fundado por Hipólito da Costa, também em 1808, é considerado o primeiro veículo de imprensa brasileiro – mas ele era editado em Londres, onde circulou até dezembro de 1822 (SODRÉ, 1977, pp. 24-29).

De acordo com Marialva Barbosa, tendo sido criado pelas mãos da Coroa portuguesa, o jornalismo brasileiro dividia-se, em seus primórdios, entre oficial e “oficioso”, mesmo após a conquista da autonomia política do Brasil em relação a Portugal. Os primeiros veículos não oficiais, como a *Aurora Fluminense* e o *Jornal do Commercio*, lançados em 1827, mantinham pouca independência em relação ao governo imperial recentemente constituído. Somente a partir das décadas de 1870 e 1880 os jornais conquistariam certa independência dos poderes estabelecidos, tornando-se importantes palcos de debates sobre as questões republicana e abolicionista (BARBOSA, 2007, p. 16).

Os grandes debates reagiam à efervescência do contexto político do país – que culminaria com a abolição do trabalho escravo e com a proclamação da República, em 1888 e 1889, respectivamente – e davam-se “num jornalismo de viés exclusivamente opinativo” (BARBOSA, 2007, p. 16). Ou seja, a passagem do paradigma opinativo para o informativo, na imprensa brasileira, seria feita apenas na virada do século XIX para o XX. Já os jornais norte-americanos começaram a noticiar os acontecimentos do cotidiano, em detrimento da difusão de opiniões, a partir das décadas de 1830 e 1840, conforme destacado por Schudson (1978).

No Brasil, o *Correio da Manhã*, lançado no Rio de Janeiro em 1901, “revolucionou o jornalismo ao valorizar a informação em detrimento da opinião” (BARBOSA, 2007, p. 41). No entanto, os jornalismo opinativo e literário ainda teriam peso no século XX. Em 1905, “o *Correio da Manhã* passa a ser fundamentalmente um jornal informativo nos dias da semana e literário aos domingos” (Idem, ibidem, p. 43).

Por outro lado, a formação do polo econômico ou comercial da imprensa, quarto movimento destacado por Traquina, só ganharia força no Brasil nos anos 1920. Segundo Marialva Barbosa, as “notícias de sensação” ganhavam importância na maioria dos jornais do Rio de Janeiro a partir do início da segunda década do século XX (Idem, ibidem, p. 49). Com apelo popular, alguns veículos

⁸ Mais informações sobre o veículo na nota 80.

conquistam o sucesso comercial. “A *Noite* chega a ter uma tiragem no final da década de 1920 de 200 mil exemplares” (Idem, *ibidem*, p. 59). Outro jornal, *Crítica*, lançado em novembro de 1928, chegaria a atingir tiragens de 120 mil exemplares, mesmo tendo durado menos de dois anos (Idem, *ibidem*, p. 60). Ou seja, o sucesso comercial verificado na imprensa norte-americana a partir do surgimento da “*penny press*” (SCHUDSON, 1978), possibilitada sobretudo pela “Revolução Gráfica”⁹ da segunda metade do século XIX (GABLER, 1999, pp. 56-95), chegaria ao Brasil, em menor escala, algumas décadas depois.

O terceiro movimento fundamental destacado por Traquina, a emergência do jornalismo como campo “relativamente autônomo” em relação a correntes político-partidárias, também ocorreria no Brasil somente no século XX. Traquina (2005a, pp. 81-83) relaciona a profissionalização da imprensa, fundamental para sua constituição como campo relativamente autônomo, com a criação de sindicatos e associações profissionais.

Nos Estados Unidos, esse processo começou no século XIX. Em 1867, foi criado o Washington’s Correspondents Club e, em 1873, o New York Press Club. Nos anos 1880, surgiram clubes de jornalistas em diversas outras cidades e, em 1908, foi criado o National Press Club (TRAQUINA, 2005a, p. 81). No Brasil, embora a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) tenha sido criada em 1908, somente nos anos 1920 e 1930 os jornalistas formariam com mais consistência sua identidade de grupo profissional, segundo Marialva Barbosa. Nas mesmas décadas, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo começaria a formar os Diários Associados, primeiro grande grupo de mídia brasileiro (BARBOSA, 2007, pp. 75-101).

No entanto, as especificidades dos processos históricos da imprensa brasileira e suas distinções em relação ao caso norte-americano não podem ser resumidas apenas nos lapsos de tempo. Traços da formação social do Brasil e “especificidades de seu próprio regime de historicidade” (BARBOSA, 2007, p. 163) devem ser levados em conta. Se, com Nelson Werneck Sodré, já havíamos

⁹ Neal Gabler, em *Vida, o filme*, credita a denominação “Revolução Gráfica” ao historiador Daniel Boorstin, definindo-a como “aumento extraordinário na quantidade de material visual disponível para o grande público” (GABLER, 1999, p. 56). Na segunda metade do século XIX e no início do século XX, “o mercado foi inundado por imagens. Graças às novas tecnologias de impressão, publicações até então limitadas ao texto passaram a ter ilustrações abundantes (...). A fotografia só fez aumentar ainda mais o dilúvio” (Idem, *ibidem*, p. 56).

ressaltado a centralidade do princípio da liberdade de expressão no desenvolvimento da imprensa norte-americana, de forma ainda mais radical do que no caso europeu, é preciso destacar sua ausência histórica no caso brasileiro.

No Brasil, o jornalismo como atividade remunerada não se desenvolve no bojo do princípio da liberdade de imprensa. Se nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, o processo de industrialização da sociedade, com o avanço da escolarização, urbanização, inovações tecnológicas, ao lado da implantação de regimes políticos, onde o princípio da liberdade da imprensa era sagrado, foram fundamentais para o desenvolvimento profissional da atividade jornalística, no Brasil (...) a profissionalização se dá exatamente pelo vínculo estreito com a sociedade política em regimes de completa falta de liberdade de imprensa (BARBOSA, 2007, p. 163).

A soma das especificidades do desenvolvimento profissional da imprensa no Brasil com o lapso de tempo em relação aos processos históricos verificados nos Estados Unidos podem levar-nos a conclusões precipitadas. Nesse caso, correríamos o risco de associar essas especificidades a uma ideia de atraso, trazendo complicações marcadas por um julgamento moral.

Terminada a contextualização histórica, voltemos às correntes da teoria do jornalismo. Nelson Traquina identifica as origens desse campo científico em ponto anterior ao surgimento dos cursos de pós-graduação na área, a partir da década de 1930, nos Estados Unidos. Embora Tobias Peucer possa ser considerado o primeiro autor de uma tese sobre jornalismo, em 1690, na Universidade de Leipzig – como nos lembra Leonel Aguiar (2006, p. 73), citando Jorge Pedro Sousa –, somente na virada do século XIX para o XX o jornalismo começou a conquistar espaço nos meios acadêmicos norte-americanos e franceses; em 1910, uma tese sobre o papel social do jornal seria defendida na Universidade de Chicago; os sociólogos Max Weber, em 1918, e Robert Park, em 1922, também tratariam do tema (TRAQUINA, 2001, p. 52). Walter Lippmann destacou-se entre os pioneiros, ao ajudar a fundar a revista liberal *New Republic* e ao atuar, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no Comitê de Informação Pública do governo norte-americano (WAINBERG, 2008). Segundo Traquina,

ao longo de várias décadas, e depois de muitos estudos realizados sobre jornalismo, é possível esboçar a existência de várias teorias que tentam responder à pergunta porque as notícias são como são, reconhecendo o fato de que a utilização do termo “teoria” é discutível, porque pode também significar aqui somente uma explicação interessante e plausível (TRAQUINA, 2005a, p.146).

Isso posto, Traquina (2001, 2005a) destaca as principais correntes teóricas no âmbito das teorias de jornalismo. São elas a “teoria do espelho”, “a teoria da ação pessoal ou do *gatekeeper*”, “a teoria organizacional”, “as teorias da ação política”, “a teoria do agendamento (*agenda setting*)”, “a teoria estruturalista” e “a teoria etnoconstrucionista”. As correntes das teorias do jornalismo não são, em si, o objeto deste trabalho. Como já dito, importa mais fixar alguns conceitos que nortearam a pesquisa, oriundos principalmente das duas últimas correntes.

Além disso, é importante identificar alguns elementos chaves na “teoria do espelho”. Das correntes acima mencionadas, essa talvez seja a mais necessitada da ressalva de Traquina sobre a validade do uso do termo “teoria”. Ela não foi desenvolvida no campo da pesquisa sobre jornalismo, mas é importante porque é “oferecida pela própria ideologia dominante no campo jornalístico (pelo menos nos países ocidentais)” (TRAQUINA, 2001, p. 65).

Como um dos objetivos desta pesquisa é justamente oferecer contribuições para pensarmos a prática jornalística, não podemos ignorar a explicação dominante sobre seu funcionamento. A cultura profissional dominante nas redações parte da premissa de que as notícias e demais produtos do jornalismo são retratos fiéis da “realidade”, entendida como externa aos sujeitos humanos. Dessa forma, os jornalistas seriam “comunicadores desinteressados” (TRAQUINA, 2005a, p. 147), capazes de relatar os fatos independentemente de quaisquer tipos de interesses.

Exatamente por ter sido constituída ao longo do processo de profissionalização da imprensa e de formação do *ethos* profissional dos jornalistas, fora dos meios acadêmicos, a “teoria do espelho” carece de formulação mais teórica. Por isso, é difícil situá-la historicamente de maneira fixa. Em *Discoverig the news*, Schudson (1978) demonstra que se passaram cerca de sete décadas entre o advento da “notícia”, nas décadas de 1830 e 1840, e o início dos debates sobre objetividade jornalística.

As teorias do jornalismo passariam a ter formulações teóricas mais embasadas somente a partir da década de 1950 – aí sim no meio acadêmico. A “teoria do gatekeeper” – formulada por David Manning White, em 1950 – e a “teoria organizacional” – formulada por Warren Breed, em 1955 – seriam as primeiras originadas formalmente no meio acadêmico. Ainda assim, “durante os

anos 50, o número de artigos e livros sobre jornalismo é relativamente pequeno” (TRAQUINA, 2001, p. 55). O panorama começaria a mudar na década seguinte.

A crise social dos anos 60 em vários países capitalistas, a ventania de protestos contra a autoridade (maio 68; luta contra a Guerra do Vietnã), o clima contagioso de descoberta da exploração individual, que pôs em causa valores dominantes da sociedade de consumo, não deixaram incólumes nem a comunidade jornalística nem a acadêmica (Idem, *ibidem*, p. 56).

A partir dos anos 1960, as correntes teóricas seriam marcadas, de um lado, pelo desenvolvimento do conceito de “ideologia” empreendido por diversos autores marxistas¹⁰ e, de outro, pela sociologia norte-americana. Nos anos 1970, surgiriam as linhas conhecidas como “teorias da ação política” ou estudos da “parcialidade” – *news bias studies* (TRAQUINA, 2001, p. 58). Com alinhamentos à esquerda e à direita, esses estudos procuravam demonstrar distorções no noticiário. Embora tenham se popularizado nos centros de observação da mídia e tenham contribuído com visões críticas das coberturas (*media criticism*), essas correntes teóricas comungam da premissa básica de que é possível oferecer no noticiário um retrato fiel da “realidade”. A questão dos estudos da “parcialidade” era identificar o quão distorcida a imagem aparecia no espelho e colocar em xeque os jornalistas, como agentes cuja “ação política” levava às distorções.

Ainda na década de 1970, surgiriam também as correntes da “teoria do agendamento (*agenda setting*)”, da “teoria estruturalista” e da “teoria etnoconstrucionista”, também conhecida como *newsmaking*. Para Traquina, trata-se de um “momento de viragem”, pois consolida-se, nessas correntes teóricas, a aplicação do paradigma da realidade como “construção social” no jornalismo. Ele é “oposto à perspectiva das notícias como *distorção*”, e, ao mesmo tempo, bate de frente com a “ideologia jornalística e a sua teoria das notícias como *espelho* da realidade” (TRAQUINA, 2001, p. 60, grifos do autor).

O filão de investigação que concebe as notícias como construção rejeita as notícias como espelho por diversas razões. Em primeiro lugar, argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os mídia noticiosos, que

¹⁰ O fato de as teorias do jornalismo terem sido mais fortemente marcadas por essas correntes apenas a partir dos anos 1960 não significa que os pensadores marxistas não refletiram sobre o jornalismo antes dessa época. Antonio Gramsci destacou-se como um dos pioneiros, entre os pensadores marxistas, a debruçar-se especificamente sobre o jornalismo (em diálogo com o conceito de “ideologia”). Vale lembrar, no entanto, que a difusão de sua obra ganhou impulso nos meios acadêmicos principalmente a partir da década de 1960.

devem *refletir* essa realidade porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião de que os mídia noticiosos estruturam *inevitavelmente* a sua representação dos acontecimentos (Idem, *ibidem*, p. 60, grifos do autor).

O paradigma da “realidade como construção social” surge nas teorias do jornalismo por caminhos paralelos. A “teoria estruturalista” segue o desenvolvimento do conceito de “ideologia” empreendido por autores marxistas da semiologia francesa e da escola britânica dos “estudos culturais”. Já a “teoria etnoconstrucionista” segue a linhagem da “sociologia do conhecimento”, surgida na Alemanha, mas difundida nos Estados Unidos a partir de Peter Berger e Thomas Luckmann (2007), que a sistematizaram em *A construção social da realidade*, publicado originalmente em 1967.¹¹

2.2. Conceitos fundamentais

A partir desse panorama sobre os processos históricos da constituição do jornalismo e sobre a formação, em torno dessa atividade social e profissional, de um campo teórico (as “teorias do jornalismo”), emergem os conceitos fundamentais para esta pesquisa. Resumidamente, destacam-se os conceitos de (1) “realidade como uma construção social”; (2) “valor-notícia” ou “noticiabilidade”; e (3) “objetividade” como método jornalístico. Os três conceitos merecerão, portanto, atenção um pouco mais detalhada. Em seguida, o conceito de “objetividade” como método será problematizado diante da possibilidade de uma busca da “verdade”. Por fim, procuraremos rapidamente estabelecer definições para o “noticiário cotidiano”, em oposição às “reportagens especiais”. As distinções entre ambas definições serão importantes para a análise comparativa desta pesquisa.

¹¹ Embora aqui se esteja separando a linhagem vinculada à “sociologia do conhecimento” – termo forjado pelo sociólogo alemão Max Scheler, na década de 1920 – daquela vinculada ao desenvolvimento do conceito de “ideologia” por teóricos marxistas, vale destacar que a primeira tem sua origem em conceitos postulados por Karl Marx. Segundo Berger & Luckmann (2007), a sociologia do conhecimento tem sua raiz na proposição de Marx sobre a vinculação entre a consciência do homem e seu ser social, muito embora grande parte dessa linha sociológica tenha sido formulada em oposição ao marxismo (BERGER & LUCKMANN, 2007, pp. 14-18).

2.2.1.

Realidade construída: noticiabilidade e objetividade

A ideia de “realidade como construção social”, comum às teorias “estruturalista” e “etnoconstrucionista” (*newsmaking*) parte da premissa de que o “mundo real” só é acessível aos seres humanos por meio de construções sociais – linguísticas, em última análise. Berger e Luckmann (2007, p. 11) definem “realidade” como “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos ‘desejar que não existam’)”. Segundo os autores, a sociedade é uma “realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva” e deve ser entendida “em termos de um processo dialético em curso, composto de três momentos, exteriorização, objetivação e interiorização” (BERGER & LUCKMANN, 2007, p. 173). Dessa forma, o indivíduo “simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva” (BERGER & LUCKMANN, 2007, p. 173).

Assim, ao conceituar a realidade como “construção social” assumimos que ela está em disputa. Nessa concepção, o jornalismo relata os acontecimentos num processo complexo de interação social. Interação nessa arena “os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora de sua organização” (TRAQUINA, 2001, pp. 84-85). Segundo Traquina (2001, p. 87), as notícias são “índice do ‘real’” e, portanto, contribuem para a construção da realidade.

Esse processo complexo de interação social desenvolvido para relatar os acontecimentos se dá nas bases da cultura profissional dos jornalistas. O processo de relatar os acontecimentos – ou seja, processá-los discursivamente e apresentá-los nos diferentes formatos jornalísticos – inclui tanto uma atividade de “seleção” (o que relatar) quanto de “construção” (como relatar). Para operar nesses dois níveis, o jornalismo moderno, a partir de sua profissionalização, desenvolveu diversas normas de avaliação dos acontecimentos (a serem relatados). A “noticiabilidade” talvez seja um dos principais instrumentos dessa normatização.

Do ponto de vista da técnica, a questão central do jornalismo é decidir o que é notícia e organizar metodologicamente um conjunto de práticas para narrar os acontecimentos. “Noticiabilidade” (*newsworthness*) é definida por Traquina como

um “conjunto de critérios e operações que fornecem” aos acontecimentos “a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia” (TRAQUINA, 2005b, p. 63). Para ter “noticiabilidade”, o acontecimento deve possuir valores-notícia (*news values*). Destacam-se aqueles que os possuem em maior grau. Listados, problematizados e estudados por diversos autores, tanto no campo da corrente “estruturalista” quanto no campo da corrente “etnoconstrucionista”, a ideia de valor-notícia surgiu originalmente no trabalho dos noruegueses Johan Galtung e Mari Ruge, sobre a seleção dos acontecimentos no noticiário internacional (TRAQUINA, 2001, p. 55).

Para orientar o uso do conceito de “noticiabilidade” nesta pesquisa, recorramos, mais uma vez, a uma sistematização oferecida por Traquina. Segue aqui, portanto, uma lista de valores-notícia, separados em duas categorias distintas: “valores-notícia de seleção” e “valores-notícia de construção” (TRAQUINA, 2005b, p. 77). Segundo Traquina, a divisão em categorias foi sugerida por Mauro Wolf (2003), a partir da constatação da importância deles tanto antes quanto durante o processo de produção das notícias. Antes do processo de produção, os critérios de seleção podem ser subdivididos em substantivos ou contextuais. Os primeiros são inerentes ao acontecimento a ser relatado. Os segundos dizem respeito a como o acontecimento se apresenta diante da prática jornalística.

Entre os valores-notícia de seleção substantivos, destacam-se (1) a morte, (2) a notoriedade do ator principal do acontecimento e (3) a proximidade, tanto geográfica quanto cultural. Ainda nesse grupo, Traquina inclui (4) a relevância – “preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas” (TRAQUINA, 2005b, p. 80). Conectados, os valores de (5) novidade e (6) tempo respondem pela necessidade de localizar os acontecimentos no presente, sempre em busca do “gancho”¹².

A lista segue com o valor da (7) notabilidade – a qualidade de o acontecimento ser “visível” ou “tangível” (TRAQUINA, 2005b, p. 82). Nele, também estão inclusas as ideias de anormalidade e do insólito. Em linha semelhante, mas um pouco diferente, está o valor-notícia do (8) inesperado –

¹² “Gancho”, no jargão jornalístico, é o acontecimento recente – e, portanto, na “ordem do dia” – que serve para contextualizar outros acontecimentos correlatos, mas menos associados à temporalidade do presente.

aqueles acontecimentos capazes de mudar rotinas e fazer todos pararem o que estão fazendo para observá-los.

Por fim, Traquina destaca, entre os valores de seleção substantivos, o (9) conflito e a (10) infração. O primeiro inclui as disputas travadas por meio da violência, física ou simbólica. O segundo abrange todos os desvios de conduta ou quebra de regras, desde a criminalidade em geral – “o crime é percebido como um fenômeno permanente e recorrente” (TRAQUINA, 2005b, p. 85) – até os grandes casos de corrupção na política.

Passando aos valores-notícia de seleção contextuais (que dizem respeito à capacidade de os acontecimentos serem relatados por meio de técnicas jornalísticas), o primeiro a ser pesado é a (11) disponibilidade, ou seja, o nível de dificuldade para relatar determinado assunto. A “noticiabilidade” de um acontecimento depende também do (12) equilíbrio – necessidade de se mesclar assuntos e evitar repetições ou temas “batidos” – e da (13) visualidade – se há registro imagético (fotográfico ou audiovisual) do acontecimento.¹³

O contexto da seleção depende também da (14) concorrência, traduzida na busca incessante por furos, e da ideia de (15) “dia noticioso”. O último é especialmente recorrente no jornalismo diário: uns dias têm excesso de acontecimentos relevantes, outros padecem da falta deles. Assuntos relevantes, mas que não sejam urgentes ou recentes, podem ficar de fora do noticiário de um “dia noticioso” simplesmente porque há excesso de notícias “quentes”¹⁴.

Depois de selecionados os acontecimentos a serem noticiados, os critérios de “noticiabilidade” continuam atuando no processo de produção do noticiário. Entram aí os valores-notícia de construção. Destacam-se a (16) simplificação, a (17) amplificação e a (18) relevância. Todos têm a ver com a necessidade de fazer a notícia ser compreendida pelo público, usando recursos, tanto nas informações buscadas quanto na apresentação final, para simplificar o entendimento sobre o acontecimento, amplificar seu impacto e demonstrar sua relevância. Juntos na

¹³ Esse critério de “noticiabilidade” é importante principalmente nos veículos de comunicação em que a força da imagem é fundamental, como no jornalismo televisivo. A ressalva serve para lembrar que a importância dos valores-notícia varia de acordo com uma série de fatores – entre eles o tipo de mídia que suporta o produto ou as práticas jornalísticas analisados.

¹⁴ No jargão jornalístico, classificam-se como “quentes” os textos sobre os acontecimentos mais recentes ou que os revelam. “Frios” são os textos sobre acontecimentos já noticiados ou que estejam fora da ordem do dia – e, por isso, precisam de ganchos.

tarefa de tornar os relatos mais próximos do público estão ainda os valores de (19) personalização e (20) dramatização. O primeiro destaca o fator humano dos acontecimentos; o segundo reforça seus aspectos mais emocionais.

A influência da cultura profissional dos jornalistas na operação de decidir o que é notícia e organizar metodologicamente um conjunto de práticas para narrar os acontecimentos gera duas consequências principais. A primeira é a relativização do peso dos valores-notícia. Em cada caso, determinados critérios merecem mais destaque, em função de fatores como: (a) tipo de mídia (se segmentada ou voltada para o público geral; se impressa ou televisiva etc.); (b) periodicidade; (c) abrangência (local, regional, nacional etc.); (d) traços culturais da sociedade em que o jornalismo está inserido; (e) características do público para o qual a mídia é voltada (expressa, principalmente, na imagem que os jornalistas fazem dele); (f) linha editorial do veículo; entre outros.

A segunda consequência: os critérios de “noticiabilidade” são tácitos e apreendidos conforme os jornalistas inserem-se no meio profissional. Isso vale tanto para jornalistas iniciantes quanto para quem muda de trabalho e, portanto, deve adaptar-se – cada vez mais rapidamente – ao novo veículo, reconhecendo e usando os valores-notícia privilegiados por ele.

A seleção e o balanceamento dos valores-notícia estão inseridos na cultura jornalística dominante e, portanto, são regidos pela “teoria do espelho”. Assim, o processo de definição do peso de cada valor-notícia, além de tácito, é implícito e não questiona o pressuposto de que os relatos jornalísticos são reproduções fiéis do mundo real. A esse pressuposto podemos chamar de “ideologia da objetividade”. Na cultura jornalística hegemônica, a objetividade é considerada inerente à prática – ou, pelo menos, é um atributo realizável de um jornalismo comprometido com a “verdade” – e, portanto, é o paradigma da “ideologia profissional”¹⁵ dos jornalistas.

Sendo dominante, a “ideologia da objetividade” pontifica no rol de “coincidências fortes entre o espírito do jornalismo e do positivismo” (SODRÉ, 2009, p. 31). Segundo Muniz Sodré, a linha mestra dessas coincidências é que tanto o jornalismo quanto o positivismo aderem-se aos fatos como “ponto de

¹⁵ Aqui se toma ideologia como um “conjunto de ideias” que define o campo profissional e oferece a ele pressupostos mínimos para o exercício da atividade. Não estamos, portanto, enveredando-nos pelas diversas correntes teóricas que se empenham em conceituar o termo.

partida para o conhecimento de alguma coisa” (Idem, *ibidem*, p. 31). Ainda nessa comparação, Sodré nos fornece uma boa definição da “teoria do espelho”:

O jornalismo incorpora o senso comum sobre os fatos, mas principalmente um senso moldado pelo positivismo, doutrina cujo auge coincide com a ascensão prestigiosa da imprensa burguesa. A elaboração histórica da ideia de “objetividade jornalística” – segundo a qual o jornalismo informativo deveria funcionar como uma espécie de espelho do mundo real – é também uma doutrina, de caráter profissional-industrial, apenas sem garantias acadêmicas, como é o caso do positivismo (Idem, *ibidem*, p. 31).

Por outro lado, a perspectiva oferecida pelas correntes teóricas do paradigma da “realidade como construção social”, conforme já visto, refuta a possibilidade de uma linguagem neutral. Ou seja, a objetividade como antítese da subjetividade do jornalista não é realizável. Isso não significa descartar a objetividade, assumindo-a como uma falácia, mas conceituá-la como um método, oferecendo um olhar crítico sobre a “ideologia da objetividade”. Essa é a abordagem utilizada nesta pesquisa.

A abordagem histórica de Schudson nos oferece subsídios para conceituar a “objetividade” jornalística como método. Muitos manuais de história da mídia tendem a creditar a emergência da objetividade jornalística à criação da agência de notícias *Associated Press*, em 1848, pouco depois da invenção do telégrafo. Ela estaria inserida, portanto, entre os quatro movimentos fundamentais do jornalismo no século XIX, como já vimos a partir de Traquina. Essa abordagem associa a emergência da objetividade ao advento da notícia no jornalismo norte-americano. Para transmitir via telégrafo relatos (informativos) para jornais de todos os cantos dos Estados Unidos, a *Associated Press* foi obrigada a adotar estilo de redação conciso, atendo-se aos fatos, e com isso teria introduzido o paradigma informativo da imprensa moderna. A perspectiva histórica de Schudson, contudo, refuta o determinismo tecnológico:

A reportagem objetiva não se tornou norma ou prática no jornalismo no fim do século XIX, quando a *Associated Press* estava crescendo. (...) Na virada do século, os principais jornais davam muito mais ênfase a uma boa história do que aos fatos. O sensacionalismo, em suas várias formas, foi o motor do desenvolvimento do conteúdo dos jornais (SCHUDSON, 1978, p. 5, tradução nossa).

Schudson demonstra que o formato da notícia, um dos movimentos fundadores do paradigma informativo do jornalismo, foi criado nas décadas de 1830 e 1840. Nesse momento de grande desenvolvimento econômico,

modernização e urbanização dos Estados Unidos, os jornais – que também se modernizaram empresarial e tecnologicamente – começaram a relatar acontecimentos do cotidiano, em vez de apenas difundir opiniões. Nos primeiros relatos, a preocupação com sua fidelidade ao mundo real não se colocava.

Segundo a análise histórica de Schudson, a questão da correspondência dos relatos com o mundo real se colocou somente nas décadas de 1920 e 1930, após a Primeira Guerra Mundial. “Nos anos 1920 e 1930, muitos jornalistas observaram com crescente ansiedade que os fatos, ou o que eles tomavam por fatos, não eram confiáveis” (SCHUDSON, 1978, pp. 6-7, tradução minha). Dos anos 1830-40 até a virada para o século passado, o jornalismo recentemente moderno norte-americano observou o triunfo da imprensa popular, preocupada em contar boas e inusitadas histórias para sustentar um *boom* de vendas, em sucessivos recordes de tiragens e grande sucesso comercial.

A imprensa de informação – na qual a redação telegráfica, introduzida pela *Associated Press*, disseminou-se – teve vez somente a partir do fim do século XIX, de certa forma em oposição ao jornalismo “de sensações”. Em 1896, o jornal *The New York Times* começou sua caminhada em prol de um jornalismo que buscava um novo padrão (informativo) para atrair leitores de uma elite também em franca modernização. O processo foi lento e tomou as primeiras décadas do século XX, pois “mesmo no *New York Times*, era incomum os jornalistas verem uma divisão clara entre fatos e valores” (SCHUDSON, 1978, p. 5, tradução nossa).

Segundo Schudson, até 1920, os jornalistas que acreditavam na imparcialidade dos fatos tinham uma visão ingênua de seu trabalho. Somente nessa década começou a ganhar corpo, nos Estados Unidos, a concepção da realidade como construção individual e coletiva. Até se darem conta de que os fatos não são tão confiáveis, talvez motivados pela barbárie da Primeira Guerra Mundial, os jornalistas “não pensavam muito sobre a subjetividade da percepção” (SCHUDSON, 1978, p. 6, tradução nossa).

Portanto, a objetividade jornalística se consolidou nos Estados Unidos, segundo Schudson, como um conjunto de regras e procedimentos para substituir a fé nos fatos num mundo em que nem eles poderiam ser de confiança. “Objetividade, nesse sentido, significa que as declarações de alguém sobre o

mundo são confiáveis desde que submetidas a regras estabelecidas e legitimadas por uma comunidade profissional” (SCHUDSON, 1978, p. 7, tradução nossa).

As regras seriam estabelecidas ainda na primeira metade do século passado e começaram a ser expressas nos códigos deontológicos desenvolvidos no âmbito das associações profissionais de jornalistas nos Estados Unidos. Os códigos surgiram com a pretensão de oferecer parâmetros éticos mínimos à conduta profissional dos jornalistas e como uma resposta à constatação, verificada por Schudson, de que nem os fatos eram confiáveis.

Em suma, os códigos deontológicos das associações de jornalistas recomendavam práticas como oferecer espaço e acessos iguais a mais de um ponto de vista, sempre buscar o contraditório (obtendo o outro lado da história) e atribuir corretamente as informações às fontes. Essas práticas são citadas por Philip Meyer (1989), em *A ética no jornalismo*, como “regras pragmáticas para a objetividade”. Meyer resume assim a regra da objetividade:

o repórter procura adotar uma posição de “homem de Marte”, vendo cada exemplo como novo, não perturbado por expectativas prévias, juntando observações e passando-as adiante intocadas por interpretações (MEYER, 1989, pp. 81 e 82).

Meyer reconhece que “isto não funciona, naturalmente”, pois o mundo é complexo demais. Daí a necessidade de parâmetros de conduta técnica no exercício do jornalismo, em prol de relatar a realidade a partir da complexidade de pontos de vista que a formam e não a partir de uma só visão. Ou seja, trata-se de reconhecer que o mundo real não existe independentemente de uma realidade socialmente construída.

Dessa forma, conclui-se, seguindo Felipe Pena (2007), que a objetividade não se opõe à subjetividade do jornalista. A primeira surgiu exatamente devido à constatação da inevitabilidade da segunda. Assim, a objetividade jornalística é um método de trabalho focado em enriquecer as subjetividades presentes no relato dos acontecimentos (PENA, 2007, pp. 50-51) e garantir parâmetros mínimos de qualidade na operação jornalística. Para Eugênio Bucci (2000), em *Sobre ética e imprensa*, a objetividade resulta de um campo de forças das intersubjetividades.

A melhor objetividade no jornalismo é então uma justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade. Quando o jornalismo busca a objetividade, está buscando estabelecer um campo intersubjetivo crítico entre os agentes que aí atuam: os sujeitos que produzem o fato, os que o observam e o reportam, e os que tomam conhecimento do fato pelo relato (BUCCI, 2000, pp. 93-94).

2.2.2. Objetividade como método de busca da verdade

A principal vantagem do conceito da objetividade como método é sua conexão lógica com a prática jornalística. Ou melhor, consideramos a objetividade como peça central da prática. A objetividade é, portanto, um conjunto de procedimentos para garantir rigor à prática jornalística. De acordo com Gaye Tuchman (1978, p. 160) e Felipe Pena (2007, pp. 49-52), Walter Lippmann já propunha isso nas primeiras décadas do século XX, ao analisar a cobertura do *The New York Times* sobre a Revolução Russa, ocorrida em 1917¹⁶. Segundo Pena, para Lippmann,

era preciso que os jornalistas evitassem os próprios preconceitos e a única maneira de fazer isso era adquirindo um pouco de espírito científico. Mas não havia ilusões sobre a eficácia da ciência, pois ele conhecia a complexidade da produção de notícias. Daí a sua conclusão de que o método é que deveria ser objetivo, não o jornalista (PENA, 2007, p. 51).

Os autores da corrente “etnoconstrucionista” das teorias do jornalismo (neste trabalho, sobretudo, Schudson, 1978; Tuchman, 1978) deram seguimento às primeiras propostas de Lippmann. Felipe Pena nos lembra ainda da ideia da “objetividade como ritual estratégico” adotado pelos jornalistas como forma de evitar críticas sobre seu trabalho ou eventuais problemas com processos na justiça, lançada por Gaye Tuchman (PENA, 2007, p. 52). Tuchman constata que o trabalho de buscar fatos com valor-notícia para serem relatados exige demonstrações de imparcialidade e objetividade por parte dos jornalistas.

A imparcialidade inclui demonstrar que foi feito o possível para ser preciso a ponto de manter a credibilidade e evitar tanto reprimendas por parte dos superiores quanto o perigo onipresente dos processos por difamação (TUCHMAN, 1978, p. 83, tradução nossa).

A partir da definição de objetividade como método, nosso objetivo é, portanto, problematizar a questão por meio da crítica à “ideologia da objetividade”. Chegaremos a esse ponto mais adiante, mas, por enquanto, importa

¹⁶ A análise em questão é o estudo *A test of the news*, publicado em 1920, em coautoria com Charles Merz, já citado aqui. Segundo Jacques A. Wainberg, no prefácio da tradução brasileira de *Opinião pública*, com o estudo de 1920, Lippmann inaugura a tradição contemporânea de crítica de mídia. O texto de Lippmann e Merz foi publicado como suplemento da revista *New Republic* e “mostrava empiricamente que a cobertura do prestigiado jornal não estava baseada em fatos, e que era determinada pela esperança dos homens que constituíam aquela organização noticiosa” (WAINBERG, 2008, p. 13).

mais sugerir alguns pontos de reflexão sobre a objetividade, na qualidade de peça central da prática jornalística. Seguindo avaliação de Eugênio Bucci, a sugestão de reflexão se dá num contexto de pouco debate sobre a técnica na mídia das redações brasileiras. Segundo o autor, “jornalistas não gostam muito de falar de ética” (BUCCI, 2000, p. 37). Defendemos que o mesmo vale para a questão da objetividade e para o tema da prática como um todo. Nas palavras de Bucci,

a má vontade que a cultura das redações reserva para a discussão ética parece um traço atávico. É como se abrir-se ao debate fosse perda de tempo ou um sinal de frouxidão. (...) A recusa em discutir ética em público se manifesta como se fosse afirmação de independência. Os jornalistas se recusam a prestar contas a quem quer que seja. (...) Pode-se dizer que a arrogância jornalística não é outra coisa senão a afirmação de uma auto-suficiência ética. É como se a imprensa proclamasse: minha função é informar o público, mas os meus valores não estão em discussão, os meus métodos não são da conta de mais ninguém – eles são bons, corretos e justos por definição (BUCCI, 2000, pp. 38-39).

Tanto Schudson (1978) quanto Meyer (1989) mostram como, nos Estados Unidos, a objetividade foi forjada justamente a partir da reflexão, por parte da comunidade jornalística, sobre a subjetividade do jornalista, a manipulação dos discursos sobre os acontecimentos por agentes interessados e a influência de uma complexa interação social nos relatos. Conforme Traquina (2005a), esse reflexo deu-se no bojo da profissionalização da imprensa e no processo histórico de constituição do jornalismo como campo relativamente autônomo. O resultado dessa reflexão foi o estabelecimento de códigos de conduta ética, nas primeiras décadas do século XX.

No Brasil, como já vimos, a organização do campo e a profissionalização da imprensa ganharam corpo nas décadas de 1920 e 1930 (Barbosa, 2007), embora passos iniciais tenham sido dados anteriormente. Entre eles, relembramos a fundação da ABI, em 1908. Em 1918, a associação promoveria o I Congresso Brasileiro de Jornalistas, no Rio de Janeiro. Em pauta, a profissionalização da imprensa e a formação, por meio de cursos, dos jornalistas (OLIVEIRA, 2009, pp. 3-4). Anteriormente, destacamos algumas especificidades do processo histórico do jornalismo no Brasil, como o lapso de tempo na chegada de inovações tecnológicas e na organização empresarial, e, sobretudo, a convivência com um ambiente político de falta de liberdade de expressão (BARBOSA, 2007).

No caso do processo histórico de profissionalização da imprensa e, conseqüentemente, da consolidação de suas técnicas e parâmetros de conduta, não

haveria porque ser diferente. Portanto, precisamos discutir essas especificidades se o intuito é usar a definição de objetividade como método para refletir sobre a prática jornalística no Brasil. A distinção em relação aos processos históricos da imprensa norte-americana – tratados por Schudson (1978), Tuchman (1978) e Meyer (1989) – é necessária porque, de maneira geral, os procedimentos modernos do jornalismo brasileiro foram importados dos Estados Unidos.

O ápice da importação das técnicas modernas do jornalismo norte-americano deu-se na década de 1950¹⁷, embora o processo tenha começado desde o início do século XX, segundo Marialva Barbosa (2007). “O que se procurava construir naquele momento é a autonomização do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a autoconstrução da legitimidade da própria profissão” (BARBOSA, 2007, p. 150).

Somente na década de 1950, portanto, a objetividade começou a colocar-se como hegemônica na imprensa brasileira. Citando Ana Paula Goulart Ribeiro, Marialva Barbosa lembra que a modernização dos anos 1950 foi fundamental para a constituição do jornalismo como local de fala autorizada sobre os fatos do mundo real. “A partir desse momento, o jornalismo se afirma como fala autorizada em relação à constituição do real” (BARBOSA, 2007, p. 151).

A sustentar-se a constatação de Eugênio Bucci, de que geralmente os jornalistas brasileiros são pouco afeitos a debates sobre seu trabalho, corre-se o risco de essa importação ter sido feita com pouca reflexão e sem muitas adaptações ao contexto diferente. Bucci destaca duas explicações (uma histórica, outra prática) para resistência das redações brasileiras perante o debate ético – que podem, em certa medida, ser aplicados à reflexão sobre a objetividade e, portanto, sobre a prática jornalística.

A explicação histórica começa em nossa formação social – segundo Bucci (2000, p. 39), afeita ao clientelismo, refratária aos direitos humanos e pouco familiarizada com a “dimensão substantiva” da ética – e desemboca numa reação

¹⁷ O marco principal dessa modernização foi a reforma do *Diário Carioca*, capitaneada por Pompeu de Souza, ao lado de Danton Jobim e Luís Paulistano. “O *Diário Carioca* passaria a história como o criador do texto objetivo” (BARBOSA, 2007, p. 156). Em 1956, o *Jornal do Brasil* começou uma série de reformas, estendendo-se até a década de 1960, que incluiu atores como Odylo Costa, Filho; Alberto Dines; e o artista plástico Amílcar de Castro, responsável pela reformulação gráfica (Idem, *ibidem*, p. 161). Na imprensa paulistana, também na década de 1950, o grande artífice das transformações foi Cláudio Abramo, antes em *O Estado de S. Paulo* e, depois, na *Folha de S. Paulo* (ABRAMO, 1988).

da imprensa brasileira ao autoritarismo e à censura da ditadura militar (1964-1985). A falta do debate público sobre ética e métodos do jornalismo seria uma “casca grossa” contra o cerceamento da liberdade de expressão (BUCCI, 2000, p. 41). Já a explicação prática assenta-se na constatação de que toda decisão jornalística gera efeitos éticos. Como as rotinas produtivas das redações são organizadas em alinhamento com o fator tempo (TUCHMAN, 1978), seria impossível manter o debate ético diante do trabalho cotidiano (BUCCI, 2000, pp. 41-45).

Realmente, durante a ditadura, a maioria dos bons jornalistas foi obrigada a submergir ou a atuar nos espaços possíveis – embora a relação do comportamento da imprensa com a formação social brasileira possa ser mais complexa do que sugere Bucci. Mesmo quando praticavam um jornalismo de qualidade, não havia como aprofundar a reflexão sobre seus métodos. Já em relação à explicação prática, embora muitas vezes a reflexão sobre o trabalho seja atropelado por prazos de fechamento¹⁸ exíguos, esta pesquisa assenta-se na convicção de Bucci, de que

fazer jornalismo sem refletir sobre jornalismo já não basta. Se há razões que explicam a má vontade dos jornalistas quando o assunto é ética na imprensa (...), a persistência da má vontade num ambiente relativamente mais democrático já não aparece como sinal de força, mas enfraquece a imprensa (BUCCI, 2000, p. 46).

Dessa forma, assumimos aqui a reflexão sobre a prática como fundamental para melhorar o jornalismo num ambiente democrático. Igualmente, ela é importante para maximizar a capacidade de o jornalismo contribuir para o aprofundamento da democracia – processo verificado nos Estados Unidos, mesmo com inúmeras ressalvas, e que, lembre-se, vivemos atualmente no Brasil. Ao assumir a objetividade como central no método jornalístico, estamos escolhendo-na como guia nessa reflexão necessária. Dada a subjetividade do jornalista – análoga a de qualquer pesquisador das ciências cujos objetos confundem-se com o observador, como é o caso das ciências humanas –, o rigor do método (a

¹⁸ “Fechamento”, no jargão jornalístico, é o processo de edição final dos textos nas páginas – o termo é usado sobretudo no jornalismo impresso. O fechamento é influenciado por aspectos industriais (a impressão) e logísticos (a distribuição). Ou seja, há uma pressão comercial muito forte. Por isso, toda a rotina produtiva dos meios impressos é definida em função dos prazos de fechamento.

objetividade) permite que a busca da “verdade” (possível) sobre diversos aspectos do mundo real continue sendo o objetivo maior do jornalismo.

Se estamos partindo da definição de realidade como construção social, parece lógico ressaltar que ela está em disputa. Como as relações de poder são inerentes às relações humanas (portanto, sociais), a construção social da realidade é um processo político. Sobretudo no caso do jornalismo brasileiro, quando a objetividade é tomada como ideologia profissional, confunde-se apartidarismo com despolitização. Exatamente por ser ferramenta na disputa pela construção da realidade, o jornalismo é necessariamente um campo de conflito político.

Nesse quadro, a reflexão sobre o método passa pelo próprio questionamento da busca da “verdade” (possível) como objetivo maior de nossa atividade. Ou melhor, passa pela definição do que é “verdade” e de como ela é construída no âmbito do discurso jornalístico. Assim, partindo da busca pela “verdade” como objetivo do jornalismo e do caráter político da construção da realidade, o pensamento filosófico de Michel Foucault (1977, 1979a, 1979b, 1996) nos parece útil para fazer a reflexão sobre a prática jornalística.

Para trazer a contribuição do pensamento foucaultiano, partiremos de uma aproximação entre a “notícia” (uma das principais formas do discurso jornalístico, se não a mais evidente) e o inquérito (uma das principais formas jurídicas). A constituição histórica do inquérito é o tema de *A verdade e as formas jurídicas*, conjunto de conferências proferidas por Foucault nesta Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1973. Para fazer a aproximação, tentaremos demonstrar como o discurso jornalístico é também uma permanência da forma do inquérito na “sociedade disciplinar”, tal qual definida por Foucault (1977) e, nesse percurso, adotaremos sua definição de “verdade”.

Assim como fez em seus estudos sobre o surgimento e o desenvolvimento dos saberes médico, criminal, psiquiátrico e pedagógico, Foucault demonstra, nas conferências de 1973, a evolução das formas jurídicas como lugar de origem de um saber jurídico, produtor de formas de verdade (FOUCAULT, 1979b, p. 8). O inquérito, tanto como prática administrativa quanto como prática judiciária, é peça central nessa evolução. Foucault identifica o nascimento do inquérito no Direito grego clássico, a partir de uma interpretação da tragédia *Édipo rei*, de Sófocles. Com o fim do Império Romano, tal forma jurídica permaneceria esquecida ao longo da Idade Média até ser recuperada e atualizada em seu crepúsculo.

O inquérito é um procedimento para estabelecer uma verdade (socialmente estabelecida) sobre um acontecimento passado. Sua principal diferença em relação a outras formas jurídicas é metodológica: a verdade é estabelecida a partir da reconstrução do acontecimento por meio de testemunhos. O sistema do inquérito se opõe ao sistema da prova – presente nos Direitos grego arcaico, feudal e germânico, mais próximo da ideia de provação, distante, portanto, do conceito de prova tal qual conhecemos hoje. Enquanto o sistema de prova visa resolver diferenças entre dois indivíduos, o sistema de inquérito trata das divergências entre indivíduos perante um terceiro elemento institucional – o soberano, ou o Estado.

É justamente o diferencial de método do inquérito que vale ressaltar nesta aproximação com a notícia. A aproximação permitirá identificar no discurso jornalístico moderno sinais da permanência da forma do inquérito na sociedade disciplinar descrita por Foucault. A ideia de permanência é importante porque, na sociedade disciplinar, o sistema do exame virá suplantando o sistema do inquérito. Evidentemente, essa permanência não é exclusividade do discurso jornalístico, diante da óbvia existência do inquérito como prática administrativa, no aparato policial, e jurídica, no Direito penal contemporâneo.

Antes de empreender a aproximação, porém, voltemos ao nascimento do inquérito. Ao tomar a tragédia de Édipo como uma história de poder político, Foucault a interpreta como testemunho das práticas judiciárias gregas; uma história sobre a pesquisa de uma verdade (FOUCAULT, 1979b, p. 24). A interpretação foucaultiana mostra como, na forma de contar a história, Sófocles recorre à “lei das metades” para estabelecer a verdade. A “lei das metades” ou a forma do símbolo grego é um exercício de poder que permite ao detentor de um segredo partir um objeto em dois ao confiar aquilo que somente ele sabe a outra pessoa, que receberá uma das metades. No futuro, o ajustamento das metades dará veracidade e credibilidade à fala dessa outra pessoa (FOUCAULT, 1979b, p. 30). O ajustamento de metades de enunciados serve para demonstrar, na peça de Sófocles, o que de fato ocorreu em Tebas – o rei Édipo matou o pai e casou-se com a mãe. As metades de enunciados, segundo Foucault, se dão em três planos: no dos deuses (enunciados de Apolo e de Tirésias, o adivinho), no dos soberanos (enunciados do próprio Édipo e de Jocasta), e no plano dos homens comuns (enunciados do escravo de Políbio e do pastor de Citerão).

Na passagem do primeiro ao terceiro nível reside o indício de nascimento do inquérito na Grécia clássica. O enunciado da verdade passa do olhar divino ao olhar do testemunho, olhar empírico e cotidiano de quem viu ou presenciou o fato ocorrido. Ou seja, a pesquisa da verdade não se dá mais no regime da prova, como na disputa entre Antíloco e Menelau descrita na *Ilíada* (FOUCAULT, 1979b, p. 25), mas pela reconstituição do ocorrido por meio do testemunho de quem viu.

De origem grega, o inquérito permanecerá esquecido até ser retomado na Idade Média, nos séculos XII e XIII. O inquérito que reaparece então é muito diferente daquele descrito por Sófocles e terá dimensões extraordinárias, influenciando a cultura europeia e ocidental (FOUCAULT, 1979b, p. 42). Sua origem medieval está tanto na Igreja quanto no Império Carolíngio. Foucault identifica no *inquisitio*, procedimento administrativo do Império Carolíngio para solucionar problemas de direito, propriedade e cobrança de impostos, uma das origens medievais do inquérito. A outra é o *visitatio*, prática administrativa da Igreja Carolíngia que visava a relatar ao bispo, quando ele visitava determinada localidade de sua diocese, tudo o que havia ocorrido durante sua ausência.

Segundo Foucault, essa dupla origem carolíngia, esquecida nos séculos X e XI, seria retomada com força total pela Igreja católica nos séculos XII e XIII, quando coexistem o inquérito espiritual e o inquérito administrativo. O último visava ao controle dos bens da Igreja, numa época em que ela se tornou o “único corpo econômico-político coerente da Europa” (FOUCAULT, 1979b, p. 55).

A estrutura do inquérito foi mantida na formação dos Estados-nação a partir do século XIII. Suas técnicas de busca da verdade difundiram-se em outros domínios do saber e seu florescimento como forma geral de saber vai até os séculos XVI e XVII, passando pelo Renascimento. Foucault ressalta que o inquérito não é um conteúdo, mas uma forma de saber. Como forma de saber, é ao mesmo tempo uma modalidade de exercício de poder. O inquérito é, portanto, uma forma de poder-saber.

A relação entre a produção e transmissão dos saberes com o exercício do poder é questão central da obra foucaultiana. Nessa relação, forma-se a verdade. Mas as relações entre saber, poder e verdade não estão dadas. Foucault pretende lutar contra a separação entre saber e poder, cuja gênese ele aponta na interpretação da tragédia de Édipo. Nesse sentido, a tragédia escrita por Sófocles está próxima da filosofia de Platão. Tanto uma quanto a outra desqualificam a

figura do tirano grego, que detém o poder porque possui saber. Édipo representa, assim, o desmantelamento da unidade entre poder e saber iniciado na Grécia arcaica e terminado na Grécia clássica:

Assistimos a essa longa decomposição durante os cinco ou seis séculos da Grécia arcaica. E quando a Grécia clássica aparece – Sófocles representa a data inicial, o ponto de eclosão – o que deve desaparecer para que essa sociedade exista é a união do poder e do saber. A partir desse momento o homem do poder será o homem da ignorância. Finalmente, o que aconteceu a Édipo foi que, por saber demais, nada sabia. A partir desse momento, Édipo vai funcionar como o homem do poder, cego, que não sabia e não sabia porque sabia demais (FOUCAULT, 1979b, p. 40).

A partir daí, o Ocidente será dominado pelo mito de que a verdade nunca pertence ao poder político, de que o poder político é cego. Platão, assim como Sófocles no plano da tragédia, inicia, segundo Foucault, o grande mito ocidental da antinomia entre saber e poder que o filósofo francês quis liquidar, seguindo o caminho trilhado por Friedrich Nietzsche. Identificar as origens dessa antinomia é importante para entender, mais agora no discurso do que no inquérito (ou nesse enquanto aquele), como o poder se articula com o saber e produz a verdade. Aqui cabe lançar mão das proposições expostas em *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996). Nesse texto, aula inaugural proferida no Collège de France, em dezembro de 1970, Foucault parte da hipótese de que em toda sociedade a produção dos discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos.

Entre eles, é importante ater-nos em especial ao terceiro sistema de exclusão dos discursos: a “vontade de verdade”, a oposição do verdadeiro e do falso, a separação que, segundo Foucault, rege nossa vontade de saber. Nesse sentido, o filósofo francês aponta novamente a filosofia platônica como marco – não apenas do desmantelamento da unidade entre poder e saber, mas também da oposição entre verdadeiro e falso.

Na passagem da Grécia arcaica para a clássica, a verdade desloca-se do ritual, no qual é enunciada por quem de direito, para o enunciado em si. Esse deslocamento permite a separação entre verdadeiro e falso, que é análoga à divisão entre saber e poder, pois “o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder” (FOUCAULT, 1996, p. 15).

A divisão histórica entre verdadeiro e falso deu forma geral à vontade de saber. A vontade de verdade, a partir do que Foucault chama de divisão platônica, adquire autonomia. Ao longo da história, novas formas de vontade de verdade vêm aparecendo, sempre de acordo com as diferentes vontades de saber dominantes em cada época. Foucault dá o exemplo da vontade de saber cientificista – “ver, em vez de ler; verificar, em vez de comentar” (FOUCAULT, 1996, p. 16) – dos séculos XVI e XVII, que marcou a vontade de verdade dos discursos da época. Além disso, embora esteja apoiada sobre um suporte institucional, a vontade de verdade é reconduzida pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.

Assim, a vontade de verdade exerce sobre todos os discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Por exemplo,

um conjunto tão prescritivo como o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (FOUCAULT, 1996, pp. 18-19).

Por isso, embora de forma mais sutil, a vontade de verdade é o mais forte e violento dos sistemas de exclusão. De certa forma, os outros dois sistemas (a “interdição” e a “segregação”) orientam-se na direção da vontade de verdade. Ela, por sua vez, os retoma para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los. Embora seja o mais poderoso dos meios de exclusão dos discursos, a vontade de verdade é também, segundo Foucault, do qual menos se fala. A vontade de verdade é mascarada nos discursos, porque nela estão em jogo desejo e poder. Mas, desde a divisão platônica, o discurso verdadeiro tem uma forma que pretende libertar-se do desejo e liberar-se do poder. Assim, o discurso verdadeiro não pode reconhecer a vontade de verdade, esse jogo de desejo-poder que o atravessa. Por isso, apenas uma verdade aparece aos nossos olhos e ignoramos a vontade de verdade como maquinaria destinada a excluir todos que, ao longo da história, procuraram contorná-la e recolocá-la em questão contra a verdade.

Está claro, portanto, que, para Foucault, verdade e poder andam juntos. A verdade não existe fora do poder ou sem o poder. A verdade não é algo inatingível, de outro mundo, que somente os privilegiados conseguem enxergar. Ela pertence a este mundo, é produzida nele graças a múltiplas coerções e produz

nele efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade – ou seja, cada sociedade tem seus tipos de discursos que acolhe e faz funcionar como verdadeiros.

Na entrevista a Alexandre Fontana publicada na obra *Microfísica do poder*, Foucault ressalta que a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: (1) a verdade é centrada na forma dos discursos científicos e nas instituições que os produzem; (2) está submetida a uma constante incitação econômica e política; (3) é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou informação); (4) é produzida e transmitida sob o controle de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); e, finalmente, (5) a verdade é objeto de debate político e de confronto social, a que o próprio Foucault chama de “lutas ideológicas” (FOUCAULT, 1979a, p. 13).

Se o discurso jornalístico se destaca entre os principais procedimentos de busca da verdade na contemporaneidade, é possível analisá-lo sob o prisma dessa economia política da verdade. Como herdeiro do inquérito, o discurso jornalístico é uma forma de poder-saber. O ponto de contato mais evidente é justamente a consolidação da objetividade jornalística, que, como já vimos, nas primeiras décadas do século XX aproxima a prática do jornalismo das ciências de observação, das ciências exatas. A questão da permanência aqui se coloca porque, enquanto disciplina e instituição, o jornalismo é uma ciência humana – mas que, pelo menos no viés da “teoria do espelho” e sob o regime da objetividade como ideologia, almeja ser ciência exata.

Na evolução das formas jurídicas, Foucault explica que o sistema do inquérito será suplantado pelo sistema do exame, na sociedade disciplinar, cujo marco de nascimento é a reforma dos sistemas judiciários e penais na Europa da virada dos séculos XVIII e XIX. Antes disso, o inquérito é a forma de saber-poder que dá lugar às ciências da observação; a partir desse marco temporal, o exame dá lugar às ciências humanas. Mudam também as relações de poder. Sobre o exame repousará o poder disciplinar e o panoptismo (FOUCAULT, 1973, p. 69). Com o exame, não se trata mais, como no inquérito, de determinar se algo aconteceu, mas sim de determinar se um indivíduo se comporta como deve.

Foucault nunca tratou dos meios de comunicação de uma forma geral nem do jornalismo especificamente, mas reconhece a imprensa como uma das instituições do Iluminismo. Em outra entrevista publicada em *Microfísica do poder* (FOUCAULT, 1979a, pp. 209-227), ele classifica o jornalismo como invenção fundamental do século XIX e coloca a imprensa no campo da opinião. A transparência da opinião seria análoga ao olhar do panóptico que tudo vê. Mas Foucault critica a excessiva autoridade que os reformadores iluministas do século XVIII – e, lembremos, os formuladores da teoria democrática na Revolução Americana – deram à opinião e à transparência. O jornalismo seria a utopia máxima dessa “política do olhar”. Os iluministas ignoraram, contudo, as condições reais da opinião, os mecanismos da economia e do poder que regem a opinião nos meios de comunicação.

Assim como outras utopias iluministas (liberdade, igualdade, fraternidade), o jornalismo também se adaptou à sociedade disciplinar. Esses mecanismos da economia e do poder implicam na separação, no âmbito do discurso jornalístico, entre opinião e informação – um dos quatro grandes movimentos do jornalismo no século XIX, segundo Traquina. Nessa separação prevalece o modelo do inquérito como procedimento de busca da verdade. A notícia reconstrói acontecimentos passados por meio de testemunhos – seja do repórter, figura central nascida da cisão entre opinião e informação no jornalismo moderno; seja das pessoas entrevistadas.

Ao usar o modelo do inquérito como procedimento para estabelecer a verdade, a notícia (posteriormente, a notícia objetiva), que se tornará o núcleo duro do discurso jornalístico, aproxima a prática do jornalismo das ciências exatas. Assim como a antropologia dita física, a sociologia e a criminologia, entre outras ciências humanas, o jornalismo passará pela onda cientificista, própria da vontade de saber do século XIX, que incidirá diretamente sobre a vontade de verdade do discurso jornalístico.

Enquanto utopia iluminista, o jornalismo adaptou-se à sociedade disciplinar de forma híbrida. Assim como outras ciências humanas estudadas por Foucault (medicina, psiquiatria, pedagogia, criminologia), o jornalismo produz saber, engendra relações de poder, estabelece subjetividades e produz verdades. Podemos pensar o jornalismo como “disciplina” (ensinada nas instituições de ensino) e as redações de jornal, rádio e tevê como “instituições disciplinares”

regidas pelo “panoptismo” e pelo “poder disciplinar” (FOUCAULT, 1977, pp. 125-204).

No entanto, se quisermos aplicar esses conceitos ao jornalismo moderno, guardadas as devidas proporções, é preciso destacar uma distinção. Os campos do saber das ciências humanas cujos processos históricos foram estudados por Foucault estabelecem subjetividades por meio de seu objeto. Assim, a medicina, cuja “instituição disciplinar” é o hospital, cria a subjetividade do doente. A psiquiatria, cuja instituição é o hospício, cria o louco. No caso do jornalismo, porém, as subjetividades criadas no processo de relatar os acontecimentos do mundo real (objeto da imprensa) são repórteres, fechadores, redatores, editores, subeditores, entre outras funções, apenas para citar as redações de jornal, meio de comunicação sobre o qual esta pesquisa se debruça.

Sugerimos aqui que essas particularidades da entrada do jornalismo na sociedade disciplinar, tanto enquanto saber quanto enquanto prática profissional – quer dizer, do advento do jornalismo moderno nas democracias burguesas ocidentais a partir do fim do século XVIII – contribuem para a fixação da “teoria do espelho” e da “ideologia da objetividade” na cultura jornalística. A força do modelo do inquérito no discurso jornalístico, porém, parece potencializada. É como se a questão da objetividade fosse mais nevrálgica para o jornalismo do que o foi para as ciências humanas igualmente constituídas pelo paradigma científico das ciências naturais. De certa forma, essa constatação está na pergunta de pesquisa de Michael Schudson:

Nem todos os jornalistas acreditam que deveriam ser objetivos em seu trabalho, mas a crença é generalizada e todos os jornalistas hoje devem, de alguma forma, lidar com ela. Mas por quê? Que tipo de mundo é o nosso e que tipo de instituição é o jornalismo para sustentar a objetividade como um ideal particular? (SCHUDSON, 1978, p. 1, tradução nossa).

Na sua institucionalização e cristalização como saber e disciplina, o jornalismo guarda diferença importante em relação às outras ciências humanas que passaram pela onda do cientificismo. Enquanto a antropologia dita física, a sociologia e a criminologia tinham como objeto de estudo indivíduos humanos ou grupos de indivíduos, o jornalismo visa aos acontecimentos do mundo real como objeto. Embora os acontecimentos não sejam independentes das relações humanas, talvez sirvam como justificativa extra para aproximar o jornalismo das ciências da observação. Como mais um traço positivista do jornalismo, a

constituição do fato como algo palpável e específico (ou a tentativa de fazê-lo) parece reforçar o processo (inerente à ordem do discurso) de ocultar a vontade de verdade do discurso jornalístico.

Reconhecer e apontar, simplesmente, que o jornalismo não é, obviamente, uma ciência exata é insuficiente. Daí a validade de assumirmos a objetividade como método. Nesse sentido, é válido recorrermos a algumas contribuições da historiografia – ciência humana que, analogamente, tem os acontecimentos (passados) como objeto. Analisando a relação entre história, retórica e prova, na obra *Relações de força*, Carlo Ginzburg (2002) se lança ao desafio de enfrentar a polêmica que, nas três últimas décadas do século XX, reduz a historiografia à retórica. Essa polêmica, embora defendida por pontos de vista mais ou menos variados, parte do pressuposto geral de que

a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de uma forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são auto-referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica (GINZBURG, 2002, p. 48).

Esse pressuposto é semelhante ao dos descrentes da capacidade de o jornalismo buscar verdades sobre os diversos aspectos do mundo real. Está na chave da crítica corrente normalmente dirigida pelos meios acadêmicos – fora do campo dos estudos do jornalismo –, que insiste em associar como características da prática jornalística as distorções e os reducionismos. Parte da crítica é válida, mas porque, muitas vezes, o jornalismo da grande imprensa brasileira é mal praticado, e não porque distorções e reducionismos são inerentes à atividade. Por isso, tentamos empreender uma reflexão sobre o método jornalístico, apoiando-nos na sustentação de Ginzburg, de que “encontrar a verdade ainda é o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores” (GINZBURG, 2002, p. 61). O mesmo vale para os jornalistas.

Para enfrentar os críticos que insistem em reduzir a historiografia à retórica, Ginzburg recorre à retórica de Aristóteles. Diferentemente da retórica dos sofistas, aquela que usava a forma para convencer e foi criticada por Sócrates em *Górgias*, de Platão, a retórica de Aristóteles tem na prova seu núcleo central. Embora o conceito atual de prova seja bastante distinto da acepção grega de *pístis* no século IV a.C. (passando inclusive pela ideia de prova como provação, que reinava como

forma jurídica nos Direitos grego arcaico, feudal e germânico, tal qual demonstrou Foucault), ambos, segundo Ginzburg, se referem a um âmbito de “verdade provável”. Essa verdade provável se difere tanto da “verdade sapiencial” (garantida por quem a enuncia e, portanto, para além da prova) quanto da “verdade impessoal da geometria”, demonstrável e acessível àqueles que detêm o conhecimento.

Essa verdade provável se dá e é construída no nexos entre poder e saber, como considera Foucault. Referindo-se aos historiadores, Ginzburg ressalta que, ao analisar as provas, é preciso recordar que os pontos de vista sobre os acontecimentos do mundo real são seletivos e parciais e dependem das relações de força que condicionam a imagem que uma sociedade faz de si. Para levar em conta essas relações de força ao construir a verdade provável, os historiadores devem ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de seus autores. Segundo Ginzburg (2002, p. 43), isso é o que Walter Benjamin chamou de “escovar a história ao contrário” ou “a contrapelo”¹⁹.

Para refletir sobre a prática pode ser necessário que escovemos o jornalismo a contrapelo. Isso exige reconhecer o caráter socialmente construído da realidade. Exige identificar e problematizar os critérios de noticiabilidade dos acontecimentos relatados. Exige preparar-se para lidar com as relações de força implicadas nesse processo de construção, que, por ser socialmente definido na interação complexa entre diferentes atores, está em disputa. Exige, portanto, assumir o jornalismo como atividade política. Sigamos na analogia com a história:

Contra a idéia rudimentar de que os modelos narrativos intervêm no trabalho historiográfico apenas no final, para organizar o material coletado, busco mostrar que, pelo contrário, eles agem durante todas as etapas da pesquisa, criando interdições e possibilidades. (...) As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos; no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção (...) não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (...) é possível (GINZBURG, 2002, pp. 44-45).

¹⁹ Ginzburg refere-se ao texto de Walter Benjamin que, na tradução brasileira, recebeu o título de “Sobre o conceito de história”, de 1940. O texto é composto por 18 teses sobre a história e a sua prática – a tese citada é a sétima. A citação de Ginzburg é da versão italiana do texto, daí a diferença de tradução. Na tradução brasileira, lê-se no fim da tese 7: “assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Assim, queremos demonstrar, na análise comparativa empreendida nesta pesquisa, que o jornalismo pode e deve continuar buscando a verdade. Queremos demonstrar ainda que residem nessa busca sua contribuição para a democracia e sua potencialidade de transformação social. Não se trata de propor mudanças radicais, mas sim de praticar criticamente o método do jornalismo moderno. Reconhecer a subjetividade do jornalista e a parcialidade dos testemunhos marcados por relações de força não desvia o discurso jornalístico da busca pela verdade. A prática de um jornalismo crítico forja sua credibilidade não na aproximação duvidosa com as ciências exatas, mas sim na construção honesta de uma verdade sobre aspectos diversos do mundo real.

O problema político essencial para os jornalistas – Foucault fala sobre os intelectuais, na entrevista a Fontana (FOUCAULT, 1979a, p. 14) – é saber se é possível constituir uma nova política da verdade. Para tal, os jornalistas devem reconhecer a vontade de verdade que delimita todos os discursos com os quais lidam no trabalho cotidiano, inclusive aqueles próprios produzidos por eles.

2.2.3. Noticiário cotidiano e reportagem especial

Os últimos conceitos a serem destacados aqui são o de “noticiário factual” e de “reportagem especial”. No primeiro caso, partimos de uma constatação feita por Muniz Sodré (2009) logo no início de *A narração do fato*: a definição de “notícia” não é clara. Anteriormente, sistematizamos 20 valores-notícia em voga na imprensa ocidental, a partir da obra de Nelson Traquina (2001, 2005a, 2005b), mas o conceito de valor-notícia não é suficiente para definir o que é “notícia”. Ao identificar os critérios utilizados pelos jornalistas para decidir pela “noticiabilidade” de um fato apontamos as características necessárias para que algo ocorrido no mundo real mereça ser relatado jornalisticamente. No entanto, isso não define “notícia” do ponto de vista teórico.

De acordo com Sodré, as definições de “notícia” baseadas nos valores-notícia e difundidas pela cultura jornalística não bastam. “Não são propriamente definições, mas descrições de uma prática profissional” (SODRÉ, 2009, p. 22). A imprecisão conceitual, continua o autor, deve-se tanto à “dificuldade inerente a

critérios internos da prática profissional” quanto à “precariedade teórica” dessas definições (Idem, *ibidem*, pp. 22-23).

Compartilhando da constatação de Muniz Sodré, Nilson Lage define “notícia” como “relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante” (LAGE, 1982, p. 36). A definição não resolve o problema totalmente, pois, como o próprio autor reconhece, “reduzimos a área de discussão ao que venha a ser *importante*, palavra na qual se resumem conceitos abstratos como os de *verdade* ou *interesse humano*” (Idem, *ibidem*, p. 36, grifos do autor).

Após distinguir “fato” de “acontecimento”²⁰, Muniz Sodré chega à seguinte definição para “notícia”: “*notícia*, a anglo-saxônica *news of the day*, constitui-se como o relato (micronarrativo) de um acontecimento factual, ou seja, inscrito na realidade histórica e, logo, suscetível de comprovação” (SODRÉ, 2009, pp. 70-71, grifos do autor). Reconhecendo que o conceito poderia ser aplicado a relatos mais amplos, não necessariamente comuns no jornalismo, o autor vai mais além. Para Sodré, a “notícia” deve ser entendida como “notícia factual”. Assim, ela implica “a construção do acontecimento segundo os parâmetros jornalísticos de tratamento do fato, ou seja, uma prática que comporta apuração de dados e informações, entrevistas, redação e edição de textos” (Idem, *ibidem*, p. 71).

Seguindo esse raciocínio, definimos “noticiário cotidiano” como o conjunto de “notícias factuais” que dão conta dos acontecimentos do dia – no caso do jornalismo impresso, nosso objeto empírico, da véspera. Esses acontecimentos podem ser programados ou inesperados, mas somente tornam-se “notícia” após serem submetidos a parâmetros jornalísticos, conforme salienta Sodré. Essa observação é importante para nossa análise comparativa, pois tais parâmetros não pertencem apenas ao “noticiário cotidiano”, mas a todos os relatos sobre o mundo real difundidos pela imprensa.

Entre esses relatos está a “reportagem especial”. Segundo Nilson Lage, a distinção entre os gêneros da “notícia” e da “reportagem” está na associação do primeiro com “fatos novos”. Nas palavras do autor,

²⁰ A discussão sobre essa distinção conceitual não é tão importante para esta pesquisa, embora tenhamos, até aqui, considerado como função principal do jornalismo moderno “relatar os acontecimentos do mundo real”. Em linhas gerais, Sodré define “fato” como algo relacionado a uma experiência empírica no mundo real. Já “acontecimento” é o fato sócio-histórico ou a “representação social do fato” (SODRÉ, 2009, p. 33).

a notícia distingue-se com certo grau de sutileza da reportagem, que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam os fatos, instaurando um dado conhecimento do mundo (LAGE, 1982, p. 35).

Lage também reconhece que a definição de “reportagem” é complicada. De acordo com o autor, a reportagem pode tanto ser a contextualização de uma notícia perante fatos correlatos e antecedentes quanto um “ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente” (Idem, ibidem, p. 83). Lage identifica, já na virada da década de 1970 para a de 1980, a tendência, na imprensa escrita, de transformar em reportagem a maioria dos fatos – principalmente os programados²¹.

Nessa linha, podemos definir “reportagem especial” como relatos jornalísticos mais aprofundados, com mais tempo de produção e com espaço para a análise e a interpretação, assim como para o estabelecimento de correlações entre acontecimentos – não necessariamente os do dia. “Para que uma boa reportagem se realize, é necessário que a indústria tenha interesse em produzi-la” (Idem, ibidem, p. 84). De qualquer forma, para Lage, “notícia” e “reportagem” parecem ter mais pontos em comum do que distintos. O traço comum entre os dois gêneros é o tratamento sob parâmetros jornalísticos.

Dessa forma, a questão central para a análise comparativa que será demonstrada mais à frente é mais ou menos simples. Há uma diferença de escala entre a “reportagem especial” e o “noticiário cotidiano”. A primeira é mais aprofundada, o segundo mais sucinto. Ambos, porém, devem seguir os métodos da objetividade jornalística. Nesse sentido, a análise comparativa em questão procurará identificar se, especificamente na cobertura sobre exclusão social de crianças e adolescentes, esses métodos têm sido seguidos tanto na “reportagem especial” quanto no “noticiário cotidiano”.

Antes de passarmos à análise empírica em si, porém, será necessário fazer uma parada estratégica. O objetivo é relacionarmos o universo temático do objeto de pesquisa recortado com algumas ponderações sobre a formação social

²¹ Analistas do momento de impasse do jornalismo, como Philip Meyer (2007) sugerem que essa tendência deverá acentuar-se ainda mais nos jornais. Em linhas gerais, esse tipo de análise defende que a totalidade do “noticiário factual” é transmitida ao público quase instantaneamente, pela internet, celular, televisão etc. À mídia impressa, restaria como diferencial a análise e a interpretação, traços da reportagem.

brasileira. Se optamos por olhar a prática jornalística através da cobertura sobre a exclusão social de crianças e adolescentes, será preciso contextualizar a questão dos direitos da infância e da juventude nesse processo histórico.